

## A HISTÓRIA ENTRE ESTRUTURA E PRÁXIS: MARXISMOS E ESTRUTURALISMOS EM PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

## HISTORY BETWEEN STRUCTURE AND PRAXIS: MARXISM AND STRUCTURALISM IN HISTORIOGRAPHICAL PERSPECTIVE

## HISTORIA ENTRE ESTRUCTURA Y PRAXIS: MARXISMOS Y ESTRUCTURALISMOS EN PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA



10.56238/ramv18n12-001

**Marcio Andre Martins de Moraes**

Doutor em História Social

Instituição: Universidade de São Paulo

E-mail: [marcioammoraes@hotmail.com](mailto:marcioammoraes@hotmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8738-0485>

### RESUMO

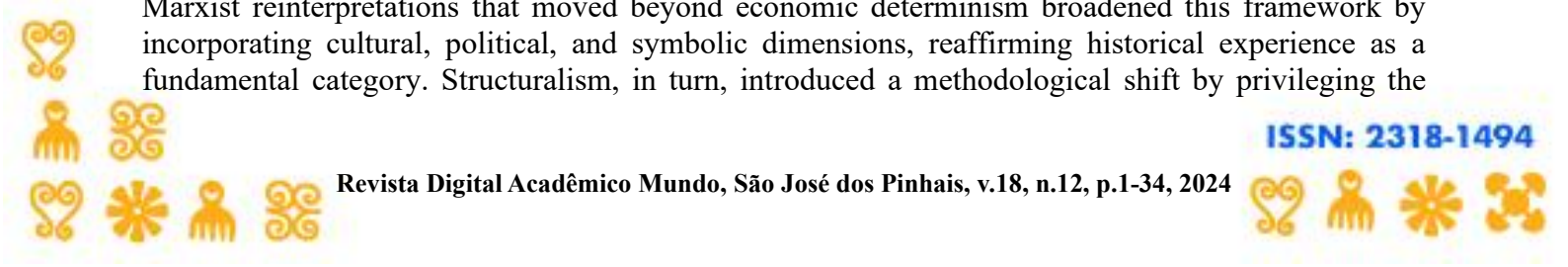
Este artigo analisa as contribuições dos marxismos e dos estruturalismos para a teoria da história, destacando seus impactos na explicação dos processos históricos e na renovação da prática historiográfica ao longo do século XX. O marxismo é abordado como uma tradição crítica plural, que concebe a história a partir das contradições estruturais do modo de produção capitalista e da centralidade do conflito social, articulando estrutura, agência e historicidade. As releituras marxistas posteriores ao determinismo econômico ampliaram esse horizonte ao incorporar dimensões culturais, políticas e simbólicas, reafirmando a experiência histórica como categoria fundamental. O estruturalismo, por sua vez, introduziu uma inflexão metodológica ao privilegiar a análise de sistemas de relações relativamente estáveis, deslocando o foco do sujeito para as estruturas e favorecendo abordagens de longa duração e níveis profundos do tempo histórico. Autores ligados à linguística e à semiologia contribuíram ainda para problematizar a linguagem, a narrativa e os efeitos de sentido da escrita da história. O artigo sustenta que, apesar das críticas e limites apontados a ambos os paradigmas, marxismos e estruturalismos permanecem referências centrais para a teoria da história contemporânea, na medida em que possibilitam a articulação crítica entre estrutura, ação e produção de sentido histórico.

**Palavras-chave:** Teoria da História. Marxismo. Estruturalismo. Historiografia.

### ABSTRACT

This article examines the contributions of Marxist and structuralist approaches to the theory of history, highlighting their impact on the explanation of historical processes and on the renewal of historiographical practice throughout the twentieth century. Marxism is discussed as a plural critical tradition that conceives history through the structural contradictions of the capitalist mode of production and the centrality of social conflict, articulating structure, agency, and historicity. Later Marxist reinterpretations that moved beyond economic determinism broadened this framework by incorporating cultural, political, and symbolic dimensions, reaffirming historical experience as a fundamental category. Structuralism, in turn, introduced a methodological shift by privileging the

ISSN: 2318-1494



analysis of relatively stable systems of relations, displacing the focus from the subject to structures and favoring approaches centered on long-term durations and deeper levels of historical time. Authors associated with linguistics and semiotics further contributed to problematizing language, narrative, and the production of meaning in historical writing. The article argues that, despite the criticisms and limitations identified in both paradigms, Marxist and structuralist approaches remain central references for contemporary theory of history, as they enable a critical articulation between structure, action, and the production of historical meaning.

**Keywords:** Theory of History. Marxism. Structuralism. Historiography.

## RESUMEN

Este artículo analiza las contribuciones del marxismo y el estructuralismo a la teoría de la historia, destacando su impacto en la explicación de los procesos históricos y la renovación de la práctica historiográfica a lo largo del siglo XX. El marxismo se aborda como una tradición crítica pluralista que concibe la historia desde las contradicciones estructurales del modo de producción capitalista y la centralidad del conflicto social, articulando estructura, agencia e historicidad. Las reinterpretaciones marxistas posteriores del determinismo económico ampliaron este horizonte al incorporar dimensiones culturales, políticas y simbólicas, reafirmando la experiencia histórica como categoría fundamental. El estructuralismo, a su vez, introdujo un cambio metodológico al privilegiar el análisis de sistemas de relaciones relativamente estables, desplazando el enfoque del sujeto hacia las estructuras y favoreciendo enfoques a largo plazo y niveles profundos de tiempo histórico. Autores vinculados a la lingüística y la semiótica también contribuyeron a problematizar el lenguaje, la narrativa y los efectos del significado en la escritura de la historia. El artículo argumenta que, a pesar de las críticas y limitaciones señaladas para ambos paradigmas, el marxismo y el estructuralismo siguen siendo referentes centrales para la teoría de la historia contemporánea, en la medida en que permiten una articulación crítica entre la estructura, la acción y la producción de significado histórico.

**Palabras clave:** Teoría de la Historia. Marxismo. Estructuralismo. Historiografía.

## 1 ENTRE ESTRUTURA E AGÊNCIA: OS MARXISMOS NA HISTÓRIA

Este texto sustenta que a principal contribuição do marxismo para a teoria da história reside na construção de uma concepção não linear do processo histórico, capaz de articular estrutura, conflito e agência, evitando tanto o economicismo quanto o subjetivismo. A reflexão sobre a História e como dialogou como o marxismo, permanece central para compreender tanto a constituição da disciplina histórica quanto os seus debates contemporâneos. Longe de se restringir a um conjunto fechado de dogmas, a tradição marxista constitui uma matriz teórico-metodológica pluriforme, em constante reelaboração, que articula explicações sobre a dinâmica das sociedades capitalistas, a crítica da ideologia e a análise das lutas sociais. Tomar “marxismos” no plural significa, portanto, reconhecer a historicidade do próprio marxismo, suas inflexões internas e seus diversos usos na produção historiográfica ao longo dos séculos XIX e XX e nas primeiras décadas do XXI.

Uma das perspectivas marxistas mais presentes nos textos históricos, é a centralidade da luta de classes. No *Manifesto do Partido Comunista* (MARX, ENGELS, 2005)<sup>1</sup> publicado originalmente em 1848, Marx e Engels formulam de modo programático a tese de que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes”, deslocando o foco interpretativo de indivíduos e governos para os conflitos entre grupos sociais com posições antagônicas na estrutura de produção. Esse princípio adquire densidade concreta em textos como *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 2011)<sup>2</sup>, em que a conjuntura política francesa de 1848–1851 é analisada como resultado de disputas entre frações de classe (camponeses, burguesia financeira, pequena burguesia, proletariado), mediadas por formas específicas de representação e liderança. A *luta de classes* aparece, assim, como categoria que articula economia, política e ideologia, permitindo uma leitura “totalizante” dos processos históricos, sem reduzi-los a mero reflexo da esfera econômica.

No núcleo dessa constelação encontra-se a concepção materialista da história formulada por Karl Marx. No célebre prefácio de 1859<sup>3</sup> da obra *Para a crítica da economia política*<sup>4</sup> (MARX, 2011), apresenta o esquema segundo o qual o conjunto das relações de produção constitui a *estrutura econômica da sociedade*, sobre a qual se eleva uma *superestrutura jurídico-política* e ideológica. É na contradição entre forças produtivas e relações de produção que se encontra, para ele, o motor das grandes transformações históricas. Esse modelo é retomado e desdobrado em *O Capital*<sup>5</sup>, livro

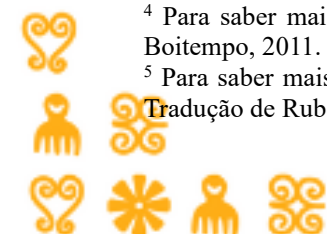
<sup>1</sup> Para saber mais: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005

<sup>2</sup> Essa obra foi escrita entre dezembro de 1851 e março de 1852, publicado originalmente na revista *Die Revolution*, em Nova York que era editada por seu amigo Joseph Weydemeyer, o livro só foi publicado mesmo 1867 em Hamburgo. Para saber mais: MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011

<sup>3</sup> Antes de 1859, Marx escreveu obras mais filosóficas ou políticas (como o *Manifesto* em 1848), em 1859, ele apresenta o esquema científico que os historiadores usariam por mais de um século: a articulação entre forças produtivas e relações de produção.

<sup>4</sup> Para saber mais: MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Boitempo, 2011.

<sup>5</sup> Para saber mais: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.



publicado originalmente em 1867, em que as categorias de mercadoria, valor, capital e trabalho assalariado são trabalhadas com rigor analítico, articulando crítica da economia política e teoria da história. Ao privilegiar o *modo de produção* como unidade de análise, Marx propõe uma leitura não episódica, mas estrutural das mudanças históricas, em que a passagem do feudalismo ao capitalismo não se explica por simples sucessão de eventos, mas por reconfigurações profundas nas relações sociais de produção.

No plano da crítica da sociedade capitalista, a noção de *mais-valia* desempenha papel estrutural. Em *O Capital* (MARX, 2013), Demonstra que a exploração não se reduz à circulação de mercadorias, mas é produzida no interior do processo de produção: a diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e o valor da força de trabalho pago em salários constitui a mais-valia, apropriada pelo capitalista. A distinção entre *mais-valia absoluta* (fundada na extensão da jornada de trabalho) e *mais-valia relativa* (baseada no aumento da produtividade por meio de inovações técnicas e organizacionais) permite pensar historicamente as estratégias de dominação e resistência no mundo do trabalho. Do ponto de vista da historiografia, esse arcabouço favoreceu o desenvolvimento de investigações sobre a formação da classe operária, as condições de trabalho industrial, as lutas sindicais e as políticas estatais de regulação do trabalho, influenciando decisivamente a história social do século XX.

Outro eixo decisivo da herança marxiana para a teoria da História é a crítica da ideologia. Em *A ideologia alemã* (MARX, ENGELS, 2007)<sup>6</sup>, Marx e Engels denunciam as filosofias idealistas que tomam ideias como motor da história e argumentam que as representações dominantes são expressão das condições materiais e dos interesses da classe dominante. Nessa obra, assume centralidade por representar o marco da ruptura de Marx e Engels com a tradição neo-hegeliana, operando uma transição metodológica do criticismo *idealista* para o *materialismo histórico*. A obra estabelece que o fundamento ontológico do processo histórico não reside na autonomia das ideias, mas na produção e reprodução da vida material, exigindo que o historiador parta das condições empíricas de existência e das formas de intercâmbio social. Ao formular o conceito de *ideologia* por meio da metáfora da *camera obscura*<sup>7</sup>, os autores demonstram o caráter socialmente determinado das representações mentais, as

<sup>6</sup> Para saber mais: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

<sup>7</sup> Na câmara escura (ou na própria retina), a imagem do mundo exterior se forma de cabeça para baixo: não porque alguém “errou”, mas porque é assim que o dispositivo físico funciona. Do mesmo modo, na ideologia, as relações sociais reais, baseadas em trabalho, propriedade, exploração, luta de classes, aparecem invertidas: parece que são as ideias, a moral, o direito, a religião ou a “natureza humana” que produzem a organização social, e não o inverso. Para Marx e Engels, essa inversão não é uma ilusão fortuita ou uma simples mentira consciente, mas o resultado necessário de uma sociedade de classes: a forma como a vida material se organiza produz espontaneamente visões distorcidas de si mesma, que naturalizam a dominação e escondem sua origem histórica. Resumindo, a metáfora da câmara escura indica que a ideologia é um “reflexo invertido” do real: a estrutura material da sociedade (modo de produção, relações de classe) é o que, de fato, determina as formas jurídicas, políticas e morais, mas, na consciência ideológica, essa relação aparece ao contrário, como se fossem essas formas ideais que explicassem a vida social.

quais, sob a égide da dominação de classe, tendem a naturalizar e universalizar interesses particulares. Outrossim, a tardia publicação integral do manuscrito, ocorrida apenas em 1932, é um dado crucial da história intelectual; ela evidencia que as interpretações oitocentistas do marxismo foram privadas desse substrato teórico sobre a consciência, o que explica as tendências ao determinismo econômico que só viriam a ser problematizadas pela historiografia crítica do século XX após o acesso a este *corpus* documental. Segundo os autores "Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência." (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Essa crítica ganha formulação particularmente sofisticada no conceito de *fetichismo da mercadoria*, exposto no capítulo inaugural *A mercadoria* na obra *O Capital* (MARX, 2013): as relações sociais entre pessoas aparecem sob a forma de relações entre coisas, e as mercadorias parecem possuir um valor “natural” que encobre o trabalho humano que as produz. Para a historiografia, esse diagnóstico abre uma agenda de investigação sobre naturalização de hierarquias, formas simbólicas de dominação, cultura política, linguagens do poder e modos de produção da legitimidade. Boa parte da história social e da história cultural de inspiração marxista se alimenta exatamente dessa articulação entre estrutura material e formas simbólicas.

A partir dessas formulações de Marx, constituem-se, ao longo do século XX, diferentes “marxismos”, com pesos distintos na Teoria da História. Um primeiro agrupamento pode ser identificado no marxismo da II Internacional socialista (1889 – 1916)<sup>8</sup> e no marxismo soviético, que tendem a codificar a teoria em esquemas evolutivos de modos de produção e, em muitos casos, a privilegiar leituras economicistas da história.

O marxismo da Escola de Frankfurt é importante para a História porque desloca o foco do materialismo histórico para a análise da cultura, da subjetividade e das formas de dominação em sociedades capitalistas avançadas, sem abandonar a referência à crítica de Marx. Autores como

---

<sup>8</sup> A Segunda Internacional socialista (1889–1916) constituiu o período de institucionalização e expansão do marxismo como cultura política de massas, sob a hegemonia da social-democracia alemã. Caracterizou-se pela tentativa de coordenar partidos operários globais, consolidando uma leitura do materialismo histórico frequentemente marcada pelo determinismo econômico e por uma visão evolucionista da história, cujo principal expoente teórico foi Karl Kautsky. Ocupando o centro dos debates sobre o “reformismo” contra a “revolução” e as interpretações sobre o imperialismo, a organização entrou em colapso com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. É imperativo não confundir a Segunda Internacional com a Internacional Comunista (Terceira Internacional). Enquanto a primeira representou a institucionalização da social-democracia e foi marcada por uma tendência ao reformismo parlamentar e ao determinismo econômico, a Terceira Internacional, ou Komintern, surgiu sob a égide da Revolução de Outubro como uma ruptura radical. Esta última propunha um modelo de centralismo democrático e uma práxis revolucionária que visava superar o que Lênin caracterizava como a falência moral e política da Segunda Internacional após 1914

Horkheimer,<sup>9</sup>, Adorno<sup>10</sup>, Benjamin e, mais tarde, Habermas<sup>11</sup>, reelaboram categorias marxistas (ideologia, fetichismo, reificação) em chave de teoria crítica, interrogando como a dominação se reproduz não apenas nas relações de produção, mas também na indústria cultural, na vida cotidiana e nos mecanismos psíquicos que bloqueiam a consciência histórica e a ação coletiva. Isso abre para os historiadores marxistas um campo de investigação sobre experiências do tempo, memória, cultura de massa e formas de racionalidade que não cabe em esquemas economicistas, permitindo pensar, por exemplo, como certos regimes e crises são “vividos” e interiorizados pelas classes subalternas.

Talvez uma das grandes contribuições para a teoria da História foi a relação de Walter Benjamin com o marxismo, que se dá de maneira heterodoxa entre Walter Benjamin e o marxismo se expressa de modo exemplar nas *Teses sobre o conceito de história*<sup>12</sup> (BENJAMIN, 2020), em que ele tensiona o materialismo histórico por dentro ao criticar o historicismo, o progressismo e o economicismo que marcaram certas leituras ortodoxas de Marx. Ali, Benjamin recusa a ideia de uma história linear orientada por um progresso inevitável e propõe na tese VII que o historiador materialista “escove a história a contrapelo”, isto é, leia o passado a partir da experiência dos vencidos e não da continuidade triunfante dos vencedores. Para isso, ele articula categorias marxistas, como luta de classes, crítica da ideologia e denúncia da barbárie presente em todo “documento de cultura”, a motivos teológico-messiânicos de matriz judaica, condensados nas imagens do “anjo da história” presente na tese IX e do “autômato de xadrez” na tese I, apresentando a alegoria do boneco que joga xadrez, movido por um anão escondido chamado “teologia”, em que o materialismo histórico só realiza plenamente seu potencial ao pôr a seu serviço a “teologia”. Essa operação gera um materialismo histórico messiânico. O professor Michael Löwy na leitura que faz de Benjamin e sua influência marxista, atribui o autor como um “pessimista revolucionário” caracterizando como o autor caracterizar o tipo de materialismo histórico que emerge das suas Teses, deslocando o foco das leis do desenvolvimento econômico para a responsabilidade política diante das ruínas acumuladas e das promessas não cumpridas de justiça.

---

<sup>9</sup> Dedefine o materialismo histórico como teoria crítica da sociedade, enfatizando que toda teoria é histórica e situada, e que o conhecimento social deve articular análise das estruturas de dominação com a possibilidade de transformação histórica. Para saber mais: HORKHEIMER, Max. **Teoria tradicional e teoria crítica**. Tradução de José Lino Grünnewald. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

<sup>10</sup> Escrevendo com Horkheimer, radicalizam a crítica do progresso ao mostrar como a racionalidade iluminista, longe de garantir automaticamente emancipação, pode converter-se em novo mecanismo de dominação, o que recoloca para os historiadores a necessidade de pensar a modernidade como processo ambivalente, em que civilização e barbárie caminham juntas. Para saber mais: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985

<sup>11</sup> Desloca o foco do marxismo das forças produtivas para as formas de integração social e comunicação, sugerindo que os processos históricos devem ser lidos também em termos de racionalização comunicativa e de potencial emancipatório inscrito em práticas discursivas. Para saber mais: HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012

<sup>12</sup> Para saber mais: BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Ensaio sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Belo Horizonte: Autêntica, 2020

Nas *Teses sobre o conceito de história*, Benjamin rejeita a ideia de progresso linear e contínuo, simbolizada na tese IX, ele descreve o quadro *Angelus Novus*, de Paul Klee, como um anjo que olha para o passado e vê apenas um amontoado de ruínas, enquanto uma tempestade vinda do futuro, que Benjamin identifica como o “progresso” na imagem do anjo da história, e propõe a interrupção do tempo homogêneo por meio do agora (*Jetztzeit*) que aparecem no apêndice Paralipomena dessa edição de Benjamin, no qual fragmentos do passado podem ser atualizados de forma revolucionária. A dimensão teológica não substitui o marxismo, mas funciona como força crítica: expectativas de justiça, memória dos mortos e promessas não cumpridas tornam-se energias políticas. Daí a metáfora do autômato de xadrez, em que o materialismo histórico só vence com o auxílio da teologia.

Sua inserção no marxismo também se expressa na crítica histórico-materialista da cultura. Em textos como *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (BENJAMIN, 2013)<sup>13</sup>, Benjamin analisa a perda da aura, a mercantilização e a politização da arte, mostrando como a técnica pode tanto reforçar a dominação quanto abrir brechas para novas formas de percepção e ação coletiva. Num diálogo direto e crítico a perspectiva de superestrutura em Marx.

No plano político, no apêndice Paralipomena da suas teses, Benjamin redefine a revolução não como aceleração do progresso, mas como “freio de emergência” diante da catástrofe permanente do capitalismo. A luta de classes deixa de ser teleológica ou determinista e passa a ser um campo aberto de decisões históricas.

O húngaro, György Lukács, em sua obra *História e Consciência de Classe* (LUKÁCS, 2003)<sup>14</sup> publicado originalmente em 1923, rompe com o determinismo mecânico ao introduzir a categoria de *Totalidade*. Para Lukács, a história não deve ser vista como uma sucessão de fatos isolados, mas como um processo unitário cujas partes só adquirem sentido no todo. Seu conceito central, a *Reificação* (ou coisificação), descreve como, sob o capitalismo, as relações humanas passam a ser percebidas como relações entre coisas. A história, portanto, torna-se o palco onde o proletariado, ao tomar consciência de sua posição, deixa de ser objeto para se tornar o “sujeito-objeto” do processo histórico, superando a alienação imposta pelo mercado.

Em contrapartida, o italiano Antonio Gramsci, cujas reflexões estão condensadas nos seus *Cadernos do Cárcere*<sup>15</sup> (escritos entre 1929 e 1935), desloca o eixo da análise histórica para o campo da cultura e da política. Gramsci redefine o marxismo como a *Filosofia da Práxis*, rejeitando qualquer interpretação fatalista da história. Seu conceito fundamental é o de *Hegemonia*, que explica como uma classe dominante mantém sua liderança não apenas pela força (coerção), mas pelo consenso e pela

---

<sup>13</sup> Para saber mais: BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Tradução de Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado. Porto Alegre: L&PM, 2013

<sup>14</sup> Para saber mais: LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003

<sup>15</sup> Para saber mais: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

direção moral e intelectual da sociedade. A história gramsciana é, essencialmente, a história da formação de *Blocos Históricos*, onde a superestrutura (ideologia, escola, mídia) e a infraestrutura (economia) se fundem organicamente, exigindo que o historiador analise as complexas disputas culturais que moldam o poder.

Na França, o diálogo entre história e marxismos assume feições particulares, dadas a força e a centralidade da tradição dos *Annales*. Em estudos reunidos de Ernest Labrousse em *Conjuntura econômica, estruturas sociais* (LABROUSSE, 1984)<sup>16</sup>, desenvolve uma história econômica serial que reconstrói séries de preços, salários e rendas para articular conjunturas econômicas a crises sociais e políticas, em chave fortemente tributária do materialismo histórico, ainda que com inflexões próprias quanto à ênfase na *conjuntura* e nas estruturas de mercado.

Fernand Braudel, especialmente em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II* (BRAUDEL, 2016)<sup>17</sup> e no 3 volumes de *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII* (BRAUDEL, 1993-1996)<sup>18</sup>, elabora a noção de longa duração e a distinção entre níveis de temporalidade (vida material, economia de mercado, capitalismo), articulando a ideia de *economia-mundo* e de *capitalismo enquanto sistema histórico* de alcance mundial, em claro parentesco com preocupações marxianas sobre a historicidade e a expansão do capitalismo. Ao mesmo tempo, outros historiadores ligados aos *Annales* mantêm uma relação mais tensa e seletiva, com o marxismo, tendo uma aproximação de categorias como estrutura, conjuntura e longa duração, mas relativizando explicações centradas exclusivamente na luta de classes, o que evidencia um campo de diálogo crítico, e não simples filiação, entre a tradição dos *Annales* e os diversos marxismos.

Numa outra perspectiva, o francês, Louis Althusser propõe, em obras como *Ler o Capital* (ALTHUSSER; BALIBAR, 1979-1980)<sup>19</sup> em dois volumes publicado em 1965 em parceria com

<sup>16</sup> Para saber mais: LABROUSSE, Ernest. **Conjuntura econômica, estruturas sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1984

<sup>17</sup> Em *O Mediterrâneo*, Fernand Braudel revolucionou a historiografia ao substituir a narrativa linear de eventos por uma estrutura de três temporalidades sobrepostas: a *longa duração* (tempo geográfico e quase imóvel da relação homem-meio), a *conjuntura* (tempo social de ritmos econômicos e sociais) e o *acontecimento* (tempo curto da política e dos indivíduos, que ele chamava de "espuma das ondas"). Através da *geo-história*, ele redefine o Mediterrâneo não apenas como espaço físico, mas como um sistema vivo de intercâmbios, deslocando o foco dos grandes heróis para as estruturas profundas que moldam a história humana. BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 2016

<sup>18</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995-1996. 3 v

<sup>19</sup> Em *Ler o Capital*, Althusser e seus colaboradores estabelecem as bases do **marxismo estruturalista** ao propor que o pensamento de Marx, a partir de sua maturidade, opera uma **ruptura epistemológica** definitiva com o humanismo e o historicismo hegeliano. Através do método da *leitura sintomal*, a obra desconstrói a ideia da história como um progresso linear movido pela vontade humana, redefinindo-a como um *processo sem sujeito nem fins*, regido por uma *causalidade estrutural* onde a economia é determinante apenas "em última instância". Ao introduzir conceitos como a *sobredeterminação* e a *autonomia relativa* das superestruturas, o livro retira o foco da *consciência individual* para analisar como as relações de produção e os aparelhos ideológicos funcionam como uma engrenagem sistêmica que interpela e molda os indivíduos, elevando o materialismo histórico ao status de uma ciência rigorosa das estruturas sociais. Para saber mais: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. **Ler O Capital**. Tradução de Manuel Eduardo Cruz e Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1979-1980 2v.

Étienne Balibar, e *Aparelhos Ideológicos de Estado* (ALTHUSSER, 2003)<sup>20</sup> publicado em 1970, um marxismo de base estruturalista. Althusser defende a ocorrência de uma "ruptura epistemológica" na obra de Marx, afastando-se de noções como "sujeito" ou "vontade". Para ele, a história é um "processo sem sujeito nem fins", movido por uma causalidade estrutural. O conceito de *Aparelhos Ideológicos de Estado* (como a Igreja, a Família e a Escola) é crucial para entender como a história se repete através da reprodução das relações de produção. Diferente de Gramsci, Althusser enfatiza que a *ideologia* "interpela" os indivíduos como sujeitos, fazendo com que a história seja menos o resultado da escolha humana e mais o produto de estruturas invisíveis que determinam o campo de possibilidades sociais.

Enquanto Lukács enfatiza a totalidade e a consciência, e Gramsci prioriza a hegemonia e a práxis política, Althusser fixa-se na análise das estruturas e dos mecanismos de reprodução social. Juntos, esses autores transformaram a historiografia marxista, oferecendo ferramentas para que o historiador contemporâneo compreenda a realidade não como um destino econômico, mas como um campo saturado de tensões ideológicas, culturais e estruturais.

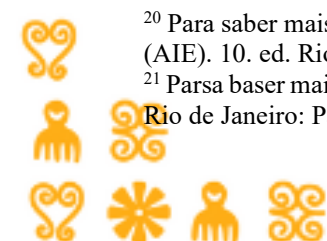
Edward Palmer Thompson, nos 3 volumes de *A formação da classe operária inglesa* (THOMPSON, 1987)<sup>21</sup>, é fundamental destacar a ruptura que o autor promove com o *determinismo econômico* e com as *leituras estruturalistas* do marxismo, tal como cristalizadas em certos usos da metáfora *base/superestrutura* e em autores como Althusser. Principal expoente do humanismo marxista na historiografia, Thompson redefine a própria categoria de classe social, concebendo-a não como estrutura fixa ou posição objetiva no sistema produtivo, mas como processo histórico relacional que "acontece" nas relações entre grupos, ao longo do tempo, por meio da luta, da cultura e da experiência vivida. Ao introduzir a noção de *experiência* como mediação entre condições materiais e *consciência social*, Thompson afasta o marxismo do mecanicismo, sublinhando que os sujeitos não reagem passivamente às determinações econômicas, mas interpretam, resistem e atribuem sentido às transformações do mundo do trabalho.

Essa perspectiva implica o resgate da agência humana no interior da história marxista, recusando a ideia de que as "leis da história" operam à revelia da ação dos indivíduos e dos grupos sociais; é nesse contexto que, no prefácio de *A formação da classe operária inglesa*, o autor afirma querer salvar artesãos, tecelões e radicais plebeus da enorme condescendência da posteridade. Por fim, ao sugerir que, em muitos contextos, a luta de classes precede a classe, Thompson desloca o foco da análise marxista para os conflitos concretos, motins, greves, formas de resistência e organização, como momentos decisivos na constituição das identidades sociais, reforçando uma concepção de história aberta, processual e profundamente ancorada na experiência humana recusa uma concepção de classe

---

<sup>20</sup> Para saber mais: ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

<sup>21</sup> Para saber mais: THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.



como simples posição estrutural e enfatiza a dimensão histórica e cultural da *experiência de classe*, recolocando problemas de agência, cultura popular e consciência.

Em *A miséria da teoria* (THOMPSON, 1981)<sup>22</sup>, E. P. Thompson intervém no debate Marxismo e História ao criticar o estruturalismo althusseriano e defender um materialismo histórico centrado na *experiência*, na agência e na pesquisa empírica. Ele acusa o “teoricismo” de transformar o marxismo numa construção *auto-referida*, afastada da história concreta, e recoloca no centro a ideia de que o objeto do conhecimento é a própria processualidade histórica, acessível apenas pelo trabalho de prova com as fontes. Ao reafirmar a *categoria de experiência* como mediação entre ser social e consciência, Thompson sustenta que as classes se constituem historicamente, nas lutas e nas práticas, e não como simples efeitos de estruturas, resgatando a luta de classes, o conflito e a ação dos sujeitos como dimensões irreduzíveis de uma teoria marxista da história.

A partir da segunda metade do século XX, a emergência de novas problemáticas, gênero, raça, colonialismo, cultura, memória, conduz a uma reconfiguração dos usos historiográficos do marxismo. Em diálogo com a antropologia, a linguística e a teoria pós-colonial, parte da historiografia passa a combinar categorias marxistas (capitalismo, classe, império) com outras, oriundas de diferentes tradições teóricas. Correntes como a história social da cultura, a micro-história, a história global e a história do tempo presente utilizam o instrumental marxiano de modos distintos: ora reforçando o lugar da economia e da exploração, ora deslocando o foco para a intersecção entre classe, gênero e raça, ora explorando a dimensão cultural e discursiva da dominação. Em alguns casos, fala-se em “pós-marxismos” para designar abordagens que se distanciam dos modelos canônicos, mas continuam a interrogar o capitalismo como forma histórica específica e estruturalmente desigual.

Nascido em Alexandria e radicado na Inglaterra, Eric Hobsbawm é exemplar para pensar a articulação entre história social de longa duração, crítica das formas de dominação e narrativa como forma de análise da totalidade histórica. A sua tetralogia sobre o “longo século XIX” e o “breve século XX” *A era das revoluções: 1789-1848*<sup>23</sup>, *A era do capital: 1848-1875*<sup>24</sup>, *A era dos impérios: 1875-1914*<sup>25</sup> e *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*<sup>26</sup>, trabalha com recortes temporais construídos, em que séculos “longos” e “curtos” são definidos por processos (revoluções, industrialização, imperialismo, guerras mundiais, crise do socialismo real) mais do que por datas convencionais. Essa operação aproxima-se da *longa duração* à maneira dos Annales, na medida em

<sup>22</sup> Para saber mais: THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

<sup>23</sup> Para saber mais: HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

<sup>24</sup> Para saber mais: HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. Tradução de Luciano Martins Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

<sup>25</sup> Para saber mais: HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914**. Tradução de Sante Felice e Maria Tereza Teixeira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

<sup>26</sup> Para saber mais: HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

que a narrativa articula estruturas econômicas e sociais, lutas de classe e conjunturas políticas, combinando ritmos lentos (transformações do capitalismo, formação de classes, padrões de dominação) com crises e rupturas. Ao historicizar simultaneamente a modernidade capitalista e o próprio marxismo, como se vê também na sua participação no MECW *Marx/Engels Collected Works*<sup>27</sup> foi fundamental pois forneceu as fontes primárias que sustentaram tanto a leitura estruturalista de Althusser (na busca pela ruptura epistemológica) quanto as análises de fôlego global de Hobsbawm, provando que a compreensão da história exige um retorno constante aos textos originais para captar as nuances da crítica ao capital e das lutas de classe em diferentes contextos. Hobsbawm também se destaca na presença do marxismo na teoria da história com a organização de *História do marxismo: o marxismo no tempo de Marx*<sup>28</sup>, Hobsbawm enfatiza a dimensão prática e política do conhecimento histórico: reconstruir o passado serve para criticar formas de dominação, iluminar possibilidades de transformação social e reinscrever a experiência das classes trabalhadoras e de grupos subalternos em narrativas de totalidade.

Essa preocupação em historicizar o marxismo como tradição também se expressa nos grandes projetos editoriais. Em Moscou, ainda durante a União soviética, tivemos o projeto *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA). Concebida originalmente por David Riazanov no Instituto Marx-Engels de Moscou, nos anos 1920, a MEGA tinha por objetivo produzir uma edição histórico-crítica integral dos escritos de Marx e Engels, incluindo obras publicadas, manuscritos, cadernos de excertos e correspondência. A primeira MEGA foi interrompida pelos expurgos stalinistas, e as grandes edições soviéticas subsequentes organizaram o corpus segundo prioridades político-doutrinárias, condicionando fortemente as traduções e recepções em outras línguas. A retomada do projeto se deu em 1975, no chamado MEGA 2, um esforço conjunto entre os Institutos de Marxismo-Leninismo de Berlim (RDA) e Moscou (URSS), o MEGA-2 consolidou-se como o projeto editorial mais ambicioso e rigoroso da tradição marxista. Diferentemente das edições populares ou das coletâneas de “obras escolhidas”, a MEGA-2 caracteriza-se por um rigor filológico sistemático: o texto de Marx e Engels é tratado não como dogma pronto, mas como resultado de um processo de trabalho intelectual em permanente reelaboração. Isso se expressa numa edição crítica que publica variantes, rasuras e reescritas, respeita integralmente as línguas originais de redação (alemão, francês, inglês) e oferece um amplo aparato crítico destinado a identificar referências históricas, bibliográficas e intertextuais. Para organizar essa massa documental, o projeto foi estruturado em quatro seções: a

---

<sup>27</sup> A participação de Eric Hobsbawm nas *Marx/Engels Collected Works* (MECW) consolidou seu papel como mediador fundamental entre a teoria clássica e a historiografia contemporânea, ao atuar como membro da comissão editorial deste projeto monumental de 50 volumes. Longe de ser apenas uma tarefa técnica, sua colaboração garantiu que a publicação das fontes primárias em língua inglesa seguisse um rigoroso padrão de contextualização histórica, permitindo que textos inéditos ou pouco conhecidos de Marx e Engels fossem integrados ao debate acadêmico global.

<sup>28</sup> Para saber mais: HOBBSAWM, Eric J. (Org.). **História do marxismo: o marxismo no tempo de Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

primeira dedicada a obras, artigos e esboços; a segunda centrada em *O capital* e em seus trabalhos preparatórios, incluindo os manuscritos de 1857–1858 (os *Grundrisse*); a terceira voltada à correspondência completa enviada e recebida por Marx e Engels; e a quarta reservada aos cadernos de excertos e anotações de leitura, que desvelam o “laboratório” de pesquisa e as constelações de leitura que alimentaram a formação de conceitos como classe, capital e Estado. Embora tenha nascido sob o patrocínio do bloco soviético, a MEGA-2 sobreviveu ao colapso da URSS e à queda do Muro de Berlim, reconfigurando-se como empreendimento científico internacional coordenado pela Fundação Internacional Marx-Engels (IMES), em Amsterdã.

No contexto brasileiro, esse horizonte crítico chega ao público sobretudo por meio de editoras como a Boitempo, que tomam a MEGA-2 como referência de qualidade filológica em suas traduções de Marx e Engels, deslocando o foco das leituras puramente ideológicas para a evidência documental. Ao fazê-lo, a MEGA-2 aprofunda a historicização do pensamento marxista, revelando-o como campo de pesquisa aberto e permitindo que a historiografia contemporânea acompanhe a gênese, a transformação e as tensões internas de suas categorias, em vez de reproduzir versões simplificadas produzidas por edições políticas anteriores.

Uma ideia de um Marxismo ligada a práticas e necessidades ocidentais vem com Perry Anderson. Apresenta o conceito de *marxismo ocidental* oferece uma chave importante para articular marxismo, experiências do tempo e história das mentalidades. Em *Considerações sobre o marxismo ocidental* (ANDERSON, 2004)<sup>29</sup>, Anderson reconstrói a passagem de um marxismo “clássico”, no qual teoria e prática revolucionária aparecem organicamente ligadas (Marx, Engels, Lenin, Luxemburg, Trotsky), para um “marxismo ocidental” marcado por um afastamento estrutural em relação ao movimento operário e à política de massas, num contexto de derrotas históricas, ascensão do fascismo e consolidação do stalinismo. Esse marxismo ocidental se caracteriza pela centralidade da filosofia, da teoria da cultura, da psicanálise e da crítica da ideologia, em autores como Lukács, Gramsci, Adorno, Horkheimer, Sartre e Althusser, cujo trabalho se desloca da economia política e da organização partidária para o espaço universitário e intelectual. Ao enfatizar formas de consciência, cultura e linguagem, essa constelação aproxima-se de preocupações desenvolvidas na história das mentalidades e das representações, tal como formuladas pelos Annales, ainda que Anderson alerte para o risco de um afastamento excessivo da análise das estruturas econômicas e da luta de classes.

A relação entre marxismo e história no Brasil não é homogênea e passou, ao longo do século XX, de leituras marcadas por determinismo econômico e esquemas etapistas para análises mais sensíveis às particularidades da formação social brasileira e à agência dos sujeitos históricos. Em um primeiro momento, sob forte influência do *marxismo de partido* e de leituras teleológicas do

---

<sup>29</sup> Para saber mais: ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. Tradução de Maria Lúcia Montes. São Paulo: Boitempo, 2004

desenvolvimento capitalista, a reflexão histórica dialoga com esquemas de “etapas” e com a centralidade quase exclusiva das forças produtivas. É nesse contexto que a obra de Caio Prado Júnior se destaca como inflexão original: em *Formação do Brasil Contemporâneo* (PRADO JÚNIOR, 2011)<sup>30</sup>. Publicada originalmente em 1942, o autor mobiliza o método marxista para identificar o *sentido da colonização*, argumentando que o Brasil foi organizado como uma empresa voltada para o mercado externo, o que ajuda a compreender a longa duração de nossa dependência, da concentração fundiária e da desigualdade.

A partir das décadas de 1970 e 1980, sob o impacto do chamado marxismo ocidental e da recepção de autores como Antonio Gramsci, E. P. Thompson e Eric Hobsbawm, a historiografia brasileira passa por uma renovação temática e metodológica. O foco desloca-se das grandes estruturas econômicas para a *história vista de baixo*, para a cultura política e para as formas de resistência de escravizados, trabalhadores e grupos subalternos.

Temos uma das primeiras publicações nessa esteira de um marxismo ocidental, em São Paulo, com Emília Viotti da Costa, na obra *Da senzala à colônia* (COSTA, 1998)<sup>31</sup> publicado em 1966, analisa a crise do sistema escravista e a transição para o trabalho livre como um processo marcado por *conflitos de classe*, contradições internas da elite agrária e rearranjos do Estado.

Historiadores como Ciro Flamarion Cardoso<sup>32</sup>, sendo um pilar da historiografia marxista latino-americana por sua capacidade de articular o rigor teórico com a análise das particularidades coloniais. Ao formular o conceito de *Modo de Produção Escravista Colonial*, Cardoso buscou escapar do dilema entre o "feudalismo" e o "capitalismo" comercial, argumentando que a escravidão moderna constituía um sistema produtivo com dinâmica própria, embora inserido na órbita do capital internacional. Para a historiografia, a contribuição de Cardoso foi revolucionária ao introduzir o debate sobre as *leis de movimento* desse sistema, destacando que a lógica do lucro do senhor de engenho coexistia com processos internos de resistência e negociação, como a denominada *brecha camponesa*. Dessa forma, ele transformou o marxismo em uma ferramenta flexível e poderosa para entender as sociedades periféricas, influenciando gerações de historiadores a olhar para além das exportações e a investigar o funcionamento cotidiano e estrutural da vida colonial.

Essa perspectiva influencia o trabalho do baiano Jacob Gorender, em *O escravismo colonial* (GORENDER, 2011)<sup>33</sup> publicado em 1978, propõem a categoria de *modo de produção escravista colonial* para captar a especificidade do escravismo luso-brasileiro. Nos anos de 1980 e 1990, podemos

<sup>30</sup> Para saber mais: PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>31</sup> Para saber mais: COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998

<sup>32</sup> Para saber mais: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979

<sup>33</sup> Para saber mais: GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

destacar os trabalhos de José Murilo de Carvalho é fundamental para a historiografia brasileira por realizar uma ponte entre o rigor da análise de classe e a dimensão simbólica da política. Em suas como *A Construção da Ordem* (CARVALHO, 2003)<sup>34</sup>, publicada em 1980 e *Teatro de Sombras* (CARVALHO, 2003) de 1988, utiliza conceitos marxistas para demonstrar como a elite burocrática e proprietária de terras do século XIX (os "saquaremas" e "luzias") constituiu uma hegemonia sólida que garantiu a unidade territorial e a manutenção da escravidão. Diferente de um marxismo puramente econômico, Carvalho foca no que Gramsci chamaria de *aparelhos ideológicos*, ele analisa como a educação jurídica em Coimbra criou uma consciência de classe unificada entre os magistrados brasileiros.

Já em *Os Bestializados*<sup>35</sup> de 1987, e *A Formação das Almas*<sup>36</sup> de 1990, o autor explora a transição para a República sob a ótica da luta de classes simbólica. Ele demonstra que a República foi um "golpe" das elites que deixou o povo "bestializado" (termo da época), ou seja, alheio ao processo político. Sua análise do "jacobinismo" e do positivismo mostra como as ideologias são ferramentas de controle ou de resistência. Para o pesquisador o marxismo, a é essencial para entender a revolução passiva no Brasil, as mudanças políticas feitas pelas elites para impedir que a massa popular tome o protagonismo histórico.

No marxismo, "consciência" é, antes de tudo, categoria ligada à posição de classe e à relação entre ser social e prática histórica; na didática da história, "consciência histórica" designa a forma como sujeitos e grupos dão sentido ao tempo por meio de narrativas. Em Marx, a distinção entre classe "em si" e "para si" indica que a consciência de classe emerge quando trabalhadores reconhecem coletivamente sua posição e seus interesses, transformando experiência dispersa em ação organizada; é esse horizonte que Paulo Freire retoma e traduz pedagogicamente como "conscientização". Em obras como *Conscientização: teoria e prática da libertação*, Freire assume referenciais marxistas (classe, opressão, práxis) para pensar a passagem de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, na qual os oprimidos compreendem as estruturas de dominação e se organizam para transformá-las – movimento que inspira, por exemplo, debates sobre "consciência negra", entendida como processo de tomada de consciência histórica e política da população negra sobre racismo estrutural, identidade e luta coletiva.

Já a "consciência histórica" na didática da história tem outra raiz teórica: deriva da teoria da história de Jörn Rüsen e da tradição da *Bildung* histórica alemã, não diretamente do marxismo. Em Rüsen, a consciência histórica se ancora menos em Marx e mais em uma combinação de filosofia da

<sup>34</sup> Para saber mais: CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>35</sup> Para saber mais: CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

<sup>36</sup> Para saber mais: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

história, hermenêutica e teoria da narrativa. Ele parte da ideia de que a história cumpre uma função prática: ajudar os sujeitos a orientarem a própria vida no tempo, interpretando o passado para agir no presente e projetar o futuro. Por isso define consciência histórica como o conjunto das operações mentais pelas quais as pessoas articulam experiência temporal e sentido, isto é, interpretam a “evolução temporal de seu mundo e de si mesmas” de modo a orientar intencionalmente sua vida prática.

Teoricamente, Rüsen dialoga com a tradição alemã da *Bildung histórica*, com a hermenêutica (Dilthey<sup>37</sup>, Gadamer<sup>38</sup>) e com a filosofia da narrativa (Ricoeur<sup>39</sup>), vendo na narrativa a forma específica do pensamento histórico: é por meio de narrativas que se conecta passado, presente e futuro. Daí sua tipologia dos quatro tipos de consciência histórica, tradicional, exemplar, crítica e genética, que descreve diferentes modos de dar sentido ao tempo e fundamentar juízos morais e orientações práticas. Rüsen se pauta em uma concepção de razão histórica e de narrativa como estruturas universais da experiência temporal, e não em categorias de classe, modo de produção ou ideologia; por isso sua noção de consciência histórica tem raízes hermenêuticas e narrativas, distintas da tradição marxista da consciência

Para Rüsen, consciência histórica é a capacidade de articular passado, presente e futuro por meio de narrativas significativas que ligam experiência e orientação para a ação, produzindo identidade e sentido temporal. Trata-se menos de uma consciência de posição de classe e mais de uma competência narrativa e interpretativa: sujeitos mobilizam conhecimentos históricos para compreender quem são, de onde vêm e como podem agir, em diferentes tipos de narrativa (tradicional, exemplar, crítica, genética). Assim, enquanto em Freire a consciência, de inspiração marxista, é fundamentalmente político-prática – ligada à desocultação da opressão e à organização da luta, na

---

<sup>37</sup> Dilthey discute como é possível conhecer cientificamente o mundo histórico e, com isso, fundamenta as ciências humanas em bases próprias, distintas das ciências da natureza. Na obra, ele formula uma verdadeira “crítica da razão histórica”: parte da experiência vivida, da historicidade do sujeito e da ideia de que o ser humano está sempre inserido em redes de relações e significados que o antecedem. A partir daí, defende que o mundo histórico é construído por meio de operações de compreensão e interpretação (Verstehen), nas quais o pesquisador reconstrói, por via hermenêutica, sentidos presentes em ações, textos, instituições e biografias. Em vez de leis gerais à maneira das ciências naturais, o conhecimento histórico se organiza em torno de conexões de sentido, que articulam individualidade, contexto e totalidade, legitimando a história como forma específica de conhecimento rigoroso sobre a vida humana no tempo. Para saber mais: DILTHEY, Wilhelm. **A construção do mundo histórico nas ciências humanas**. Tradução de Marco Antônio Casanova. São Paulo: Editora UNESP, 2010

<sup>38</sup> Para saber mais: Gadamer discute “consciência histórica” como a forma específica de consciência do homem moderno, que sabe que tudo – inclusive seus próprios valores e verdades – é historicamente condicionado. Nesse livro, ele mostra que essa consciência não é apenas um saber intelectual sobre o passado, mas uma experiência hermenêutica: pertencemos a uma tradição, somos afetados por ela (história efetual) e só compreendemos algo ao reconhecer nossos próprios preconceitos e horizontes históricos. A tarefa não é escapar da historicidade, mas tomar consciência dela, refletindo sobre como o passado nos constitui e como, no diálogo com esse passado “estranho”, podemos ampliar nosso horizonte e compreender de outro modo. Para saber mais: GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Tradução de Paulo César Duque-Estrada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

<sup>39</sup> Para saber mais: Ricoeur organiza sua teoria em três momentos de mimese no “círculo hermenêutico” do tempo e da narrativa. Mimese I é a pré-figuração: o mundo da ação já vivido, onde o tempo é carregado de intenções e expectativas antes de qualquer relato. Mimese II é a configuração: a construção da intriga, quando acontecimentos dispersos são organizados em enredo, convertendo mera cronologia em história dotada de sentido. Mimese III é a refiguração: o momento em que o texto encontra o leitor e, ao ser apropriado, transforma sua compreensão do tempo e da própria existência. Para saber mais: RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução de Cláudia Dornbusch. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 3 v

didática da história a consciência histórica é, antes, uma forma de pensamento temporal e identitário, cujo objetivo é formar sujeitos capazes de dar sentido ao tempo e orientar suas ações com base em interpretações históricas.

Em primeiro lugar, o percurso traçado evidencia que a relação entre marxismo e história não pode ser compreendida como aplicação mecânica de um modelo teórico único, mas como um campo plural de debates, tensões e reelaborações permanentes. Da formulação clássica de Marx às inflexões promovidas por Lukács, Gramsci, Benjamin, Thompson e Hobsbawm, o marxismo revelou-se uma tradição crítica historicamente situada, capaz de dialogar com problemas distintos: economia, cultura, política, ideologia, memória, sem perder de vista a centralidade do capitalismo e das lutas sociais como eixos explicativos da experiência histórica.

Em segundo lugar, a análise mostra que uma das contribuições mais duradouras do marxismo para a historiografia reside justamente na recusa do determinismo econômico e na revalorização da agência, da experiência e da dimensão cultural dos processos históricos. Autores como Thompson e Benjamin demonstram que a luta de classes não se reduz a estruturas abstratas, mas se manifesta em práticas, conflitos, sensibilidades e narrativas, abrindo espaço para histórias “a contrapelo” e para uma compreensão mais complexa das temporalidades históricas.

Por fim, no contexto contemporâneo, marcado pela ampliação de temas e sujeitos históricos, o marxismo permanece relevante não como dogma, mas como horizonte crítico. Ao articular estruturas materiais e formas simbólicas, exploração e sentido, totalidade e singularidade, ele continua a oferecer instrumentos analíticos potentes para pensar a historicidade do presente, as desigualdades persistentes e as possibilidades de transformação social, reafirmando seu lugar central no debate teórico e metodológico da História.

## 2 HISTÓRIA, ESTRUTURALISMOS E PRODUÇÃO DE SENTIDO

Na teoria da história, o estruturalismo designa um conjunto de abordagens que buscam explicar os fenômenos históricos a partir de estruturas profundas, relativamente estáveis e impessoais, que condicionam, e muitas vezes precedem, a ação dos sujeitos.

A obra em dois volumes de François Dosse, *História do estruturalismo* sendo o primeiro volume *O campo do signo* (DOSSE, 1993)<sup>40</sup> e *O canto do cisne* (DOSSE, 1993)<sup>41</sup>, tornou-se referência incontornável para compreender não apenas a gênese, o auge e o declínio do estruturalismo, mas também sua inscrição duradoura no interior das ciências humanas e da teoria da história. Ao articular reconstrução intelectual minuciosa, ampla pesquisa de arquivos e uma impressionante galeria de

---

<sup>40</sup> Para saber mais: DOSSE, François. **História do estruturalismo: v. 1: O campo do signo, 1945-1966**. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

<sup>41</sup> Para saber mais: DOSSE, François. **História do estruturalismo: v. 2: o canto do cisne, 1967 aos nossos dias**. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

personagens – de Saussure e Lévi-Strauss a Althusser, Foucault, Lacan e Barthes, Dosse oferece um mapa histórico e conceitual que permite situar, em perspectiva de longa duração, o deslocamento do sujeito para a estrutura, bem como as críticas e reapropriações que esse movimento suscitou.

Nesse sentido, sua obra funciona como síntese privilegiada para quem deseja entender como o estruturalismo reconfigurou problemas clássicos da historiografia, sujeito, evento, causalidade, narrativa, e por que, mesmo após o “canto do cisne”, seus efeitos continuam a marcar o modo contemporâneo de pensar e escrever a história.

Inspirado sobretudo na linguística de Ferdinand de Saussure e difundido nas ciências humanas a partir da metade do século XX, o estruturalismo desloca o foco da narrativa histórica tradicional, centrada em eventos, indivíduos e intenções, para os sistemas de relações (econômicas, sociais, simbólicas ou mentais) que organizam a vida social. Na historiografia, isso significou compreender o tempo histórico menos como sucessão de acontecimentos e mais como a articulação entre longas durações, estruturas econômicas, formas de produção, sistemas culturais e modelos de pensamento coletivo, como se observa em certos desdobramentos da Escola dos Annales e, de modo mais explícito, no marxismo estrutural de Louis Althusser. Assim, o estruturalismo introduz uma concepção de história em que os indivíduos não desaparecem, mas são analisados prioritariamente como portadores de posições estruturais, o que gerou intensos debates sobre determinismo, agência e o lugar da experiência na explicação histórica.

O estruturalismo introduz, no interior das ciências humanas, um deslocamento sistemático do sujeito para a estrutura, com implicações diretas para a teoria da história. Em Ferdinand de Saussure, no *Curso de linguística geral* (SAUSSURE, 2012)<sup>42</sup>, a linguagem deixa de ser entendida como expressão individual para ser pensada como sistema: a *langue* (língua) é uma rede de valores diferenciais em que cada signo só adquire sentido pela posição que ocupa em relação aos demais, enquanto a *parole* (fala) corresponde às realizações singulares desse sistema. Nessa chave, a análise volta-se menos para a intenção subjetiva do falante e mais para as regras e oposições que condicionam e delimitam as possibilidades de significação.

Claude Lévi-Strauss, em obras como *As estruturas elementares do parentesco* (LÉVI-STRAUSS, 1982)<sup>43</sup> e *Antropologia estrutural* (LÉVI-STRAUSS, 2008)<sup>44</sup>, transfere esse modelo para o estudo do parentesco, do mito e das formas de organização social, argumentando que as práticas e representações dos grupos humanos só se tornam inteligíveis quando inseridas em sistemas de

<sup>42</sup> Para saber mais: SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

<sup>43</sup> Para saber mais: LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982.

<sup>44</sup> Para saber mais: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Tradução de Chantal Medeiros. São Paulo: Cosac Naify, 2008

diferenças e de transformações regidos por lógicas profundas, em larga medida inconscientes para os próprios atores.

Aplicado à reflexão historiográfica, esse horizonte teórico implica que a história não deve concentrar-se primordialmente em indivíduos, decisões e eventos, mas nas configurações relacionais que tornam tais eventos possíveis e inteligíveis. Tomado o feudalismo como exemplo, o olhar estrutural não se detém nas crônicas dos reis ou nas biografias de grandes senhores, mas na estrutura de vassalagem, nas formas de dependência pessoal, nas relações de produção e nos sistemas de obrigações que organizam a sociedade como um todo. O que interessa ao historiador, nesse registro, não é apenas “o que aconteceu”, mas a lógica interna que sustenta e limita o campo de ação dos sujeitos históricos, ecoando o tipo de análise de estrutura social e de sistemas de relações que será posteriormente apropriado e reelaborado por diferentes correntes da historiografia. Sendo assim, a passagem saussuriana-levi-straussiana do sujeito para a estrutura fornece um dos fundamentos conceituais do deslocamento, na teoria da história, do acontecimento isolado para a análise das formas estruturais que condicionam a experiência histórica.

No interior da tradição dos *Annales*, a obra de Fernand Braudel constitui o exemplo mais influente de articulação entre história e estruturalismo por meio da categoria de temporalidades diferenciadas. Em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II* (BRAUDEL, 2016)<sup>45</sup> e, depois, nos 3 volumes de *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII* (BRAUDEL, 1993-1996)<sup>46</sup>, Braudel propõe uma decomposição do tempo histórico em planos estratificados: no nível mais profundo, a geo-história e as estruturas sócio-econômicas de *longa duração*; num plano intermediário, *as conjunturas e ciclos econômicos*; por fim, o *tempo curto dos acontecimentos políticos*. Nessa perspectiva, “estrutura” deixa de ser apenas um esquema lógico e passa a designar formas relativamente estáveis da vida material, das relações sociais e das mentalidades que se estendem por séculos e que, nas palavras do próprio Braudel, funcionam como “*prisões de longa duração*” (BRAUDEL, 1992 p. 45)<sup>47</sup>, isto é, como quadros de possibilidades que condicionam e limitam a ação dos indivíduos e dos grupos.

O efeito teórico dessa concepção é duplo. De um lado, ela representa um ganho evidente em relação à história política tradicional: ao privilegiar a *Longa duração*, Braudel torna visíveis

---

<sup>45</sup> Em *O Mediterrâneo*, Fernand Braudel revolucionou a historiografia ao substituir a narrativa linear de eventos por uma estrutura de três temporalidades sobrepostas: a *longa duração* (tempo geográfico e quase imóvel da relação homem-meio), a *conjuntura* (tempo social de ritmos econômicos e sociais) e o *acontecimento* (tempo curto da política e dos indivíduos, que ele chamava de “espuma das ondas”). Através da *geo-história*, ele redefine o Mediterrâneo não apenas como espaço físico, mas como um sistema vivo de intercâmbios, deslocando o foco dos grandes heróis para as estruturas profundas que moldam a história humana. BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 2016

<sup>46</sup> Para saber mais: BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995-1996. 3 v

<sup>47</sup> Para saber mais: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Jr. São Paulo: Perspectiva, 1992

dependências estruturais, economias-mundo, padrões de circulação e de dominação que escapam a uma narrativa focada em governos, guerras e diplomacia, aproximando a história das ciências sociais ao integrar análises econômicas, demográficas e geográficas em um mesmo modelo explicativo. De outro lado, essa mesma hierarquização dos tempos, que Braudel explicita no livro *Escritos sobre a História* (BRAUDEL, 1992), acarreta o risco de rebaixar o acontecimento e a decisão política à condição de “agitação de superfície” (BRAUDEL, 1992, p. 49), suscitando críticas posteriores de correntes como a micro-história<sup>48</sup> e a história social<sup>49</sup>, que buscarão recolocar o evento, o conflito e a agência em diálogo com, mas não inteiramente subsumidos a, essas estruturas de longa duração. Desse modo, a noção braudeliana de longa duração e de estruturas-tempo se torna um ponto de passagem obrigatório na teoria da história para pensar o estatuto das “estruturas” como nível temporal específico da explicação histórica, com seus inegáveis ganhos analíticos e seus efeitos de marginalização relativa do acontecimento e da ação.

No interior do marxismo do século XX, Louis Althusser é o nome que mais claramente traduz o impacto do estruturalismo sobre a teoria da história. Em textos como *A favor de Marx* (ALTHUSSER, 1979)<sup>50</sup> e *Ler o Capital* (ALTHUSSER, 1980)<sup>51</sup>, Althusser volta-se menos a “abandonar” Marx do que a criticar determinados modos de leitura, que ele denomina “humanismo teórico” e “historicismo”. Contra o humanismo teórico, Althusser recusa a centralidade de uma essência humana *trans-histórica* como fundamento da teoria, insistindo que o ponto de partida do materialismo histórico deve ser a estrutura das relações sociais e não o Homem em abstrato. Contra o historicismo, critica a ideia de uma história transparente a si mesma, dotada de um “sujeito” (o proletariado, a humanidade) e de um “fim” necessário, propondo em seu lugar uma concepção de

---

<sup>48</sup> A micro-história dirige ao estruturalismo uma crítica focalizada no modo como ele tende a apagar sujeitos, conflitos e descontinuidades sob a forma de estruturas amplas e coerentes. Em autores como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, a redução de escala funciona precisamente como resposta a esse “achatamento” da agência: ao reconstruir minuciosamente casos singulares, trajetórias individuais e conflitos locais, a micro-história mostra que normas e estruturas são sempre vividas de maneira tensa, negociada e parcialmente imprevisível. Em vez de negar as estruturas, ela contesta a ideia de sistemas fechados e deterministas, argumentando que a experiência concreta revela fissuras, ambiguidades e espaços de manobra que os modelos estruturalistas costumam obscurecer; por isso, propõe ver a estrutura não como mecanismo automático, mas como “jaula flexível”, dentro da qual os sujeitos interpretam, resistem e produzem efeitos que reabrem o problema da agência na explicação histórica.

<sup>49</sup> A crítica da História Social ao estruturalismo se concentra sobretudo na defesa da experiência, do conflito e da agência frente a modelos excessivamente abstratos de estrutura. Historiadores sociais como E. P. Thompson acusam o estruturalismo, especialmente o marxismo estrutural de Althusser, de transformar os sujeitos em simples “portadores” de estruturas, eliminando da explicação histórica a ação consciente, a contingência e o processo vivido. Em vez de classes entendidas como posições em um sistema, Thompson insiste que classe é algo que “acontece” em relações históricas concretas, por meio de luta, cultura e consciência, o que o leva a criticar duramente a noção de história como “processo sem sujeito”. Assim, a história social propõe compreender estruturas em interação com práticas e experiências, uma “história de baixo para cima”, e vê no estruturalismo o risco de um formalismo que afasta a teoria da pesquisa empírica e da dimensão ética e política de restituir às classes subalternas o estatuto de protagonistas de sua própria história.

<sup>50</sup> Para saber mais: ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

<sup>51</sup> Para saber mais: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. **Ler o Capital**. Tradução de Gelson Lauermann e Inês Ana Jager. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

história como “processo sem sujeito nem fim”: um processo complexo, no qual diferentes níveis (econômico, político, ideológico) se articulam de modo não linear e sem telos pré-determinado.

A partir desse enquadramento, Althusser elabora conceitos como o de *estrutura em dominante*, por meio do qual descreve a sociedade como um todo estruturado em que nenhuma instância se reduz às demais, mas em que, em determinadas conjunturas, uma instância (por exemplo, a econômica ou a política) ocupa posição dominante na articulação do conjunto. A noção de sobredeterminação busca justamente captar como múltiplas determinações econômicas, políticas e ideológicas, se condensam num mesmo evento histórico, evitando tanto o monocausalismo econômico quanto a leitura voluntarista centrada apenas em decisões conscientes. Em um texto posterior, *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*<sup>52</sup>, Althusser introduz a categoria de Aparelhos Ideológicos de Estado (escola, família, mídia, igreja etc.), cuja função é garantir, pela via da ideologia, a reprodução das relações de produção: aí, a estrutura aparece como uma rede institucional e simbólica que, de maneira predominantemente inconsciente para os agentes, interpela os indivíduos como sujeitos e reproduz as condições de existência da sociedade capitalista.

Do ponto de vista da teoria da história, essas intervenções têm efeitos importantes. Ao recusar o humanismo teórico e o historicismo, Althusser desloca o eixo da explicação histórica da narrativa das consciências e das intenções para a análise dos efeitos de estrutura: o tempo histórico deixa de ser concebido como sequência linear orientada por um sujeito coletivo e passa a ser pensado como campo de articulação de instâncias relativamente autônomas, em que as rupturas resultam de sobredeterminações complexas.

Ao mesmo tempo, a ênfase na reprodução estrutural via Aparelhos Ideológicos de Estado reforça uma imagem da sociedade como sistema de relações que condiciona e delimita a agência, o que alimentará críticas posteriores de historiadores marxistas ditos “humanistas” como E. P. Thompson (THOMPSON, 1981)<sup>53</sup>, para quem essa versão estruturalista do marxismo corre o risco de esvaziar a experiência vivida, o conflito e a prática dos sujeitos históricos. Nesse sentido, o “althusserianismo” constitui um momento crucial do encontro entre estruturalismo e história: ele radicaliza o deslocamento do sujeito para a estrutura no interior do próprio marxismo, ao preço de suscitar, na

---

<sup>52</sup> Para saber mais: ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985

<sup>53</sup> Enquanto o debate entre Althusser e Thompson representou uma ruptura drástica, Perry Anderson buscou uma síntese crítica e erudita em sua obra *A Teoria na História* (ou *Nas Trilhas do Materialismo Histórico*). Anderson reconhece o valor da crítica de Thompson contra o “teoricismo” althusseriano, mas adverte que a negação total de Althusser poderia levar o marxismo a um empirismo cego, carente de rigor conceitual. Para Anderson, o mérito de Althusser reside na tentativa de conferir ao marxismo uma estatura científica capaz de analisar estruturas que operam para além da consciência imediata dos sujeitos, embora admita que o filósofo francês falhou ao subestimar a agência humana e a pesquisa empírica. Dessa forma, Anderson posiciona-se como um mediador, tentando preservar a sofisticação teórica do estruturalismo sem abandonar a profundidade histórica exigida pela tradição inglesa.

Para saber mais: THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 e ANDERSON, Perry. **A teoria na história**: reflexões sobre o marxismo inglês. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

historiografia, o problema de como reinscrever a agência e a temporalidade concreta em um quadro teórico marcado pela centralidade das estruturas.

O legado do estruturalismo na teoria da história se define, em grande medida, pelas críticas que suscita e pelas reelaborações que provoca. Entre os marxistas, E. P. Thompson, especialmente em *A formação da classe operária inglesa* (THOMPSON, 1987)<sup>54</sup> e em *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser* (THOMPSON, 1981), formula uma crítica contundente ao estruturalismo althusseriano, acusando-o de produzir um “estruturalismo de estase” incapaz de dar conta da contradição, da luta de classes e da experiência vivida, ao reduzir os sujeitos a “suportes” de estruturas e deslocar o materialismo histórico para um plano abstrato, afastado da pesquisa empírica e da prática política.

Eric Hobsbawm, embora menos envolvido numa polêmica direta com Althusser, defende em sua obra – da trilogia sobre o “longo século XIX”, *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991* (HOBSBAWM, 1995)<sup>55</sup>, um marxismo histórico que combina atenção a estruturas econômicas e de classe com a centralidade do conflito, da contingência e da agência, recusando tanto o positivismo factual quanto qualquer determinismo estrutural rígido. Em outro front, a micro-história italiana, autores que contribuíram com pesquisas na revista *Quaderni Storici* como Carlo Ginzburg, que publicou obras como *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* (GINZBURG, 1987)<sup>56</sup> e *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (GINZBURG, 1989)<sup>57</sup> e Giovanni Levi com obras como *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVI* (LEVI, 2000)<sup>58</sup> elaboram uma resposta metodológica à história estrutural e aos “grandes sistemas”: ao reduzir a escala de observação e reconstruir minuciosamente trajetórias individuais e conflitos locais, obras como *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* propõem uma “ciência da vida vivida” que torna visíveis dimensões da experiência e do conflito que se perdem em análises macroscópicas, ao mesmo tempo em que insistem na necessidade de articular microanálise e estruturas mais amplas.

Essas críticas, longe de simplesmente rejeitarem o legado estruturalista, contribuem para reorientá-lo. Em vez de abandonar o problema das estruturas, Thompson, Hobsbawm, Ginzburg e Levi procuram reintegrá-lo a uma historiografia que recupere a agência, a experiência, o acontecimento e as discontinuidades, problematizando a relação entre escalas e entre sistemas e práticas. Do ponto de

<sup>54</sup> Para saber mais: THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

<sup>55</sup> Para saber mais: HOBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

<sup>56</sup> Para saber mais: GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>57</sup> Para saber mais: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

<sup>58</sup> Para saber mais: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Tradução de Cynthia Agnoletti. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

vista da teoria da história, o principal saldo do estruturalismo não é ter “retirado a história do campo da mera anedota”, mas ter contribuído para afastá-la de um registro exclusivamente narrativo-anecdótico, aproximando-a da análise de sistemas sociais, de regularidades e de níveis estruturais de temporalidade, ainda que ao preço de suscitar debates duradouros sobre como combinar estruturas e conflitos, macro e micro, modelos analíticos e narrativas. Hoje, o problema já não se coloca em termos de ser “a favor ou contra” o estruturalismo, mas de como incorporar criticamente seus aportes – a atenção a sistemas, relações e temporalidades longas – em uma teoria e prática historiográficas capazes de preservar a densidade da ação humana, da experiência e da contingência histórica.

Pierre Macherey insere o estruturalismo no marxismo, decisivo para a teoria da história, ao redefinir “estrutura” e “produção” de modo anti-humanista e anti-empirista em *Para uma teoria da produção literária* (MACHEREY, 1971)<sup>59</sup>. A obra literária deixa de ser expressão de consciência ou reflexo do contexto e passa a ser vista como produto de um trabalho material sobre ideologias, organizado por uma estrutura que só existe nos seus efeitos, o que o situa no núcleo do marxismo estruturalista, ao lado de Althusser.

Seu aporte à teoria da história se concentra em três deslocamentos: (1) estrutura como *instância imanente e desordem determinada*, que torna inteligíveis desigualdade e desajustes, em vez de totalidade orgânica harmoniosa; (2) *foco no processo de produção*, em que a obra reorganiza ideologias e torna visível a estrutura de uma formação histórica; (3) *defesa de uma crítica “científica”* que rompe com ilusões empiristas e interpretativas e se aproxima da racionalidade de uma teoria materialista da história.

Daí decorre uma nova relação entre texto e história: a obra não é documento transparente do contexto, mas lugar em que brancos, silêncios e aporias revelam o trabalho estrutural da ideologia; a crítica funciona como laboratório da teoria da história, pois mostra como a forma literária condensa contradições sociais. A noção de “produção literária” serve de modelo para pensar a própria produção historiográfica como prática que opera sobre documentos sob condições estruturais, produzindo efeitos de verdade situados.

Por fim, Macherey elabora uma versão refinada de *causalidade estrutural*: a estrutura não age como causa externa única, mas como princípio de inteligibilidade de múltiplas determinações que só existem em seus efeitos, preservando transformação e contingência. Isso permite pensar processos históricos complexos em chave estrutural, sem determinismo linear nem retorno ao sujeito soberano, fazendo de sua obra um ponto de passagem entre estruturalismo, marxismo e debates atuais sobre escrita da história.

---

<sup>59</sup> Para saber mais: MACHEREY, Pierre. **Para uma teoria da produção literária**. Tradução de Maria Vasconcelos. Lisboa: Estampa, 1971

Tzvetan Todorov ocupa um lugar estratégico na constelação estruturalista ao deslocar o foco das estruturas linguísticas para as formas narrativas, oferecendo instrumentos que repercutem diretamente na teoria da história. Estruturalista de formação, profundamente marcado pelo formalismo russo e pela linguística saussuriana, ele cunha o termo *narratologia* para designar uma “ciência do relato”, isto é, um estudo sistemático das estruturas que organizam qualquer narrativa, independentemente de seu conteúdo empírico. Em ensaios como *As categorias do relato literário* (TODOROV, 2011)<sup>60</sup> e na *Gramática del Decamerón* (TODOROV, 1973)<sup>61</sup>, bem como em livros como *Poética da prosa*<sup>62</sup>, Todorov propõe analisar os relatos a partir de níveis formais, “história” e “discurso”, e de esquemas recorrentes (equilíbrio, ruptura, novo equilíbrio), mostrando que toda narrativa implica uma lógica de transformação que pode ser descrita em termos estruturais.

Do ponto de vista da teoria da história, esse projeto estruturalista tem duas consequências principais. Em primeiro lugar, ao conceber a narrativa como um sistema regido por regras formais, sucessão, transformação, passagem de um estado de equilíbrio a um de desequilíbrio e, por fim, a um novo equilíbrio, Todorov oferece um modelo para pensar a própria narrativa histórica: também ela se organiza como passagem de uma ordem inicial a uma ruptura e a uma reconfiguração, o que convida a explicitar os dispositivos formais que tornam inteligível um processo histórico. A distinção entre *História* (“o que é contado”, sequência cronológica de acontecimentos) e *Discurso* (a maneira como essa sequência é organizada e apresentada) aproxima-se, em termos gerais, das discussões historiográficas sobre a diferença entre “evento” e “narrativa”, lançando pontes com debates posteriores sobre a dimensão construtiva da escrita da história. Em segundo lugar, Todorov insiste que a análise estrutural não deve ignorar o contexto histórico e cultural da produção e recepção das obras: sua *narratologia* é acompanhada de uma reflexão sobre gêneros, valores e tradições, o que relativiza a imagem de um estruturalismo puramente formalista e permite articulá-lo a uma preocupação com a historicidade das formas narrativas.

Embora não seja um historiador profissional no sentido estrito, Todorov contribui para a teoria da história ao fornecer um vocabulário e um conjunto de ferramentas para pensar a dimensão narrativa das explicações históricas: a ideia de que toda narrativa pressupõe um esquema de equilíbrio/ruptura/novo equilíbrio, a distinção entre níveis (história/discurso), a tipologia de narrativas (mitológicas, gnoseológicas<sup>63</sup>, ideológicas) e a atenção às implicações éticas e políticas da forma

<sup>60</sup> Para saber mais: TODOROV, Tzvetan. *As categorias do relato literário*. In: BARTHES, Roland *et al.* **Análise estrutural do relato**: ensaios de Roland Barthes, Claude Bremond, Umberto Eco, Jules Gritti, G. Genette, Tzvetan Todorov, Christian Metz. Tradução de Maria Zélia de Almeida Pinto. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011

<sup>61</sup> Para saber mais: TODOROV, Tzvetan. **Gramática del Decamerón**. Traducción de María Dolores de la Peña. Madrid: Taller de Ediciones, 1973

<sup>62</sup> Para saber mais: TODOROV, Tzvetan. **Poética da prosa**. Tradução de Gênese Andrade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

<sup>63</sup> Refere-se às condições de produção do conhecimento. Na história, diz respeito à reflexão sobre como o passado pode ser conhecido, por meio de fontes, conceitos e procedimentos interpretativos, e não apenas à descrição dos acontecimentos.

narrativa. Sua trajetória intelectual, que vai do estruturalismo à reflexão sobre memória, testemunho e violência política, reforça essa inflexão: a estrutura narrativa deixa de ser apenas um objeto técnico para se tornar um problema ético-histórico, ligado à maneira como as sociedades contam a si mesmas, interpretam o passado e constroem comunidades de sentido. Desse modo, o lugar de Todorov no debate “estruturalismo e teoria da história” pode ser definido como o de um mediador: alguém que, partindo da *narratologia* estrutural, ajuda a recolocar, em termos formais e ao mesmo tempo históricos, a questão de como as narrativas, inclusive as historiográficas, organizam a experiência do tempo, do evento e da transformação.

Roland Barthes foi um dos pilares do estruturalismo ao aplicar a semiologia (o estudo dos signos) a praticamente todos os aspectos da cultura.

Em obras como *Elementos de Semiologia* (BARTHES, 2012a) <sup>64</sup> publicado em 1964, buscou as leis universais que governam os sistemas de significação. Para a teoria da história, sua contribuição mais cortante aparece no ensaio *O Discurso da História* (BARTHES, 2012a) <sup>65</sup> de 1967. Nele, Barthes argumenta que o discurso histórico não é um reflexo direto do passado, mas um sistema de signos que busca produzir um *efeito de real*. Para Barthes, o historiador utiliza detalhes inúteis e descrições minuciosas não porque sejam essenciais à prova, mas para dizer ao leitor: isso aconteceu de verdade; eu sou apenas um narrador objetivo.

Dessa perspectiva, a estrutura da história é uma construção retórica que tenta ocultar sua própria natureza de "relato". Barthes demonstra que o historiador opera um apagamento do sujeito: ao escrever na terceira pessoa e focar nos fatos, ele cria a ilusão de que o passado está "falando por si mesmo". Assim, o estruturalismo de Barthes revela que a história é uma *forma de escritura* regida por regras discursivas que determinam o que é considerado "real" em uma cultura.

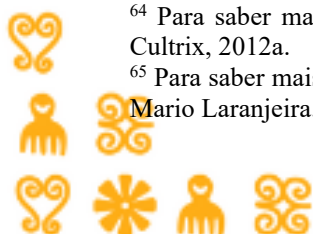
François Dosse, em *História do Estruturalismo* (DOSSE, 1993), descreve Roland Barthes como o "homem-orquestra" do movimento, mas também como aquele que protagoniza a passagem para o pós-estruturalismo. Dosse observa que, no primeiro volume (*O Campo do Signo*), Barthes aparece como o entusiasta da "cientificidade", acreditando que a análise estrutural poderia esgotar o sentido dos textos. No entanto, Dosse aponta que Barthes é o primeiro a perceber os limites dessa rigidez.

Na leitura de Dosse, a virada de Barthes em direção ao *prazer do texto* e à famosa tese da *morte do autor* marca o início da desintegração do estruturalismo ortodoxo. Dosse argumenta que Barthes desloca o foco da "estrutura fechada" para a *leitura infinita*: o sentido de um fato histórico (ou de um texto) não estaria mais preso a uma estrutura fixa ou à intenção de quem o viveu/escreveu, mas seria

---

<sup>64</sup> Para saber mais: BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. Tradução de Izidoro Blikstein. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2012a.

<sup>65</sup> Para saber mais: BARTHES, Roland. O discurso da história. In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução de Mario Laranjeira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012b. p. 163-177



constantemente recriado por quem o interpreta no presente. Para Dosse, Barthes simboliza a beleza e a fragilidade do estruturalismo: uma tentativa heroica de organizar o mundo em signos que acaba por descobrir que os signos são, por natureza, instáveis e lúdicos.

A relação entre Michel Foucault e o estruturalismo tornou-se um ponto de inflexão decisivo na teoria da história, na medida em que desloca o debate clássico sobre sujeito, causalidade e temporalidade em direção à análise de sistemas de saber e práticas discursivas. Embora frequentemente associado ao estruturalismo após a publicação de *As palavras e as coisas* (FOUCAULT, 2007)<sup>66</sup>, Foucault recusa a filiação a uma “escola” e prefere inscrever seu trabalho em uma problematização histórico-crítica das formas de conhecimento que constituem os próprios objetos das ciências humanas. É nesse contexto que sua arqueologia das ciências humanas e, posteriormente, sua genealogia do poder e da subjetivação introduzem no repertório da teoria da história conceitos como *episteme*, “arquivo”, “história do presente” e “poder-saber”, tornando imprescindível situá-lo no interior, e também além, do horizonte estruturalista.

Do ponto de vista estritamente estruturalista, a fase arqueológica de Foucault dialoga com a tradição inaugurada por Ferdinand de Saussure e radicalizada por Claude Lévi-Strauss, na medida em que privilegia estruturas de relação em detrimento de sujeitos individuais. Se Saussure, no *Curso de linguística geral* (SAUSSURE, 2012), definira a língua como sistema de diferenças sem termos positivos e deslocara a atenção para as relações internas de um conjunto, Lévi-Strauss, em obras como *As estruturas elementares do parentesco* (LÉVI-STRAUSS, 1982), estendera esse modelo à análise dos sistemas de parentesco e de mitos, concebendo-os como estruturas inconscientes que organizam a vida social. Em *As palavras e as coisas* (FOUCAULT, 2007), Foucault retoma esse movimento em outro registro: ao reconstruir as “epistemes” da Renascença, da Idade Clássica e da modernidade, ele descreve condições históricas de possibilidade que estruturam, em um momento dado, o que pode ser tomado como verdadeiro, o que pode ser dito e visto, e quais objetos podem existir para o saber. A noção de *episteme* funciona, assim, como um equivalente funcional da estrutura, mas pensada em chave histórico-a priori, isto é, como um conjunto de regras de formação que antecede e condiciona, sem determinar mecanicamente, os discursos e as práticas.

A formulação sistemática desse projeto aparece em *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2012)<sup>67</sup>, em que Foucault explicita a diferença entre a sua proposta e tanto a história das ideias quanto a fenomenologia<sup>68</sup> da consciência.

---

<sup>66</sup> Para saber mais: FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

<sup>67</sup> Para saber mais: FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves Silva. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012

<sup>68</sup> A fenomenologia é uma corrente filosófica que busca compreender como os fenômenos são vividos e percebidos pelos sujeitos, isto é, como o mundo aparece à experiência humana. Em vez de explicar a realidade por leis externas ou estruturas impessoais, a fenomenologia parte da experiência vivida e da relação intencional entre consciência e mundo. Fundada por Edmund Husserl, ela afirma que toda consciência é sempre consciência de algo, e propõe a suspensão de pressupostos

Em lugar de narrar a continuidade de conceitos ou de reconstruir intenções subjetivas, a arqueologia busca descrever as regras anônimas de formação dos enunciados, os sistemas de exclusão e as regularidades que organizam um campo discursivo em determinado momento. Isso implica, metodologicamente, uma ênfase na sincronia, o corte em um presente historicamente determinado para analisar a rede de saberes coexistentes, e na descontinuidade, isto é, na identificação de rupturas que reconfiguram de maneira abrupta o campo do pensável e do dizível. Em diálogo com a tradição francesa analisada por François Dosse em *História do estruturalismo* (DOSSE, 1993) <sup>69</sup>, Foucault contribui para o projeto de uma história das ciências humanas que não reconduz o devir a sujeitos fundadores, mas a transformações na ordem dos discursos e nas formas de racionalidade, aproximando a historiografia de uma análise estrutural das práticas e instituições.

A passagem da arqueologia à genealogia<sup>70</sup>, a partir da década de 1970, marca simultaneamente um afastamento e uma radicalização crítica do horizonte estruturalista. Inspirando-se em Nietzsche, Foucault redefine seu projeto como “história do presente” e passa a descrever não apenas estruturas de saber, mas os dispositivos de poder que produzem sujeitos, corpos e condutas, articulando o par conceitual poder-saber em obras como *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (FOUCAULT, 2014)<sup>71</sup> e os quatro volumes de *História da sexualidade* (FOUCAULT, 2020)<sup>72</sup>. Se a arqueologia operava sobretudo no nível das condições de possibilidade dos discursos, a genealogia introduz o problema das lutas, das resistências e dos jogos estratégicos pelos quais se produzem regimes de verdade, deslocando o modelo estrutural estático em direção a uma análise dinâmica das práticas. Autores como Paul Veyne, em *Foucault: seu pensamento, sua pessoa* (VEYNE, 2011)<sup>73</sup>, insistem nesse ponto ao caracterizar Foucault como alguém que “revoluciona” a história ao mostrar que não há atrás dos discursos um

---

prévios para descrever os fenômenos tal como se apresentam. Na teoria da história, a fenomenologia contribui ao destacar o papel da experiência, da interpretação e da historicidade dos sujeitos na produção do conhecimento histórico.

<sup>69</sup> Para saber mais: DOSSE, François. **História do estruturalismo: v. 1: O campo do signo, 1945-1966**. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993

<sup>70</sup> Se a Arqueologia descreve o "arquivo" (as leis do pensamento de uma época), a Genealogia explica por que esse arquivo mudou, revelando que a "verdade" não evolui por conta própria, mas é sempre uma vitória de um jogo de forças. Faz sentido essa diferença entre o "o quê" (Arqueologia) e o "porquê/para quê" (Genealogia)?

<sup>71</sup> Para saber mais: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

<sup>72</sup> Para saber mais: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020, enquanto o primeiro volume foca no poder e nas instituições do século XIX, os volumes seguintes realizam um *desvio histórico* para entender como o sujeito ocidental aprendeu a se reconhecer como um "ser de desejo". Nos volumes 2 e 3 (*O Uso dos Prazeres e O Cuidado de Si*), Foucault analisa a Antiguidade Grega e Romana, mostrando que a moral daquela época não era sobre "leis proibitivas", mas sobre uma *estética da existência*: a busca por uma autogestão elegante e ética dos prazeres (comida, sexo, excessos) para que o indivíduo fosse verdadeiramente livre. Já no volume 4 (*As Confissões da Carne*), ele investiga a transição para o Cristianismo Primitivo, identificando o momento em que a experiência sexual deixa de ser uma questão de "estilo de vida" e passa a ser uma investigação profunda da *vida interior*. É aqui que nasce a ideia de que o desejo esconde uma verdade perigosa (o pecado) que deve ser constantemente vigiada e confessada, moldando a forma como entendemos nossa identidade até hoje.

<sup>73</sup> Para saber mais: VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

sujeito soberano ou uma racionalidade unitária, mas redes contingentes de práticas e dispositivos que emergem em contextos específicos.

A recepção historiográfica dessa inflexão é bem reconstruída por François Dosse (DOSSE, 1993), que situa Foucault no interior de um ciclo mais amplo da historiografia francesa, marcado pela hegemonia dos *Annales* e pelo diálogo tenso entre história estrutural de longa duração e críticas ao apagamento do acontecimento. Ao lado de Braudel e da “história estrutural” da economia-mundo, Foucault participa do movimento mais geral de descentramento do sujeito e de rebaixamento do evento, mas sua genealogia abre, ao mesmo tempo, espaço para repensar a agência, na medida em que o poder é entendido como relação e como campo de luta, e não como estrutura fixa. Esse ponto é decisivo para a teoria da história: ao invés de uma oposição simples entre estruturas determinantes e sujeitos determinados, a concepção foucaultiana de poder permite pensar uma microfísica das práticas e resistências, em que os indivíduos são simultaneamente efeitos e operadores das relações de poder.

Do ponto de vista crítico, a obra de Foucault pode ser lida, enfim, como um dispositivo teórico que tensiona por dentro o legado estruturalista. Por um lado, sua arqueologia contribui para “limpar” a história de formas de psicologismo e de subjetivismo, ao deslocar o foco da intenção autoral para as condições anônimas de formação dos discursos; por outro, sua genealogia impede que esse movimento se cristalice em um estruturalismo rígido, ao insistir na contingência, nas rupturas e nas lutas que atravessam qualquer configuração histórica. A literatura secundária, de Dosse a Veyne, passando por análises recentes sobre arqueologia, genealogia e “história efetiva”, mostra que o lugar de Foucault na teoria da história não se deixa reduzir nem ao rótulo de estruturalista nem ao de simples pós-estruturalista, mas exige pensá-lo como autor de uma ontologia histórica<sup>74</sup> do presente, na qual as categorias de estrutura, poder e subjetivação são articuladas em uma mesma problemática crítica.

A contribuição de Hayden White para a teoria da história representa o que se convencionou chamar de virada linguística (*linguistic turn*). Em sua obra fundamental, *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX* (WHITE, 1995)<sup>75</sup> de 1973, White rompe com a tradição que via a linguagem como um veículo neutro de transmissão da realidade. Para ele, o trabalho do historiador é essencialmente literário e poético. White argumenta que os dados históricos são inerentemente amorfos e só ganham sentido quando o historiador os organiza em uma *trama* (*emplotment*). Essa organização é governada por estruturas profundas e pré-cognitivas: os *quatro tropos da retórica* (Metáfora, Metonímia, Sinédoque e Ironia).

---

<sup>74</sup> Na perspectiva de Foucault, a ontologia não é o estudo de uma “essência humana” que nunca muda; é o que ele chama de “ontologia histórica de nós mesmos”. Em vez de perguntar “o que é o homem?” (como se houvesse uma resposta universal), Foucault pergunta: “o que fomos levados a ser hoje?”. Para ele, a ontologia é um exercício de crítica que investiga as verdades, os poderes e as normas que nos moldaram ao longo do tempo. É como olhar no espelho e, em vez de ver apenas um rosto, tentar enxergar todas as camadas de história, medicina, leis e educação que “fabricaram” a pessoa que está ali. Resumindo, ser alguém para Foucault é estar em um processo constante de construção histórica; somos o resultado de práticas que poderiam ter sido diferentes.

<sup>75</sup> Para saber mais: WHITE, Hayden V. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Edusp, 1995.



Nesse sentido, a "estrutura" em White não reside na economia ou na luta de classes, mas na própria linguagem. O historiador, ao escolher narrar o passado como uma "Tragédia" ou uma "Sátira", já está condicionando a explicação histórica a uma estrutura narrativa prévia. Assim, White desloca o foco da historiografia: o que importa não é apenas a verdade dos fatos isolados, mas a coerência da *forma narrativa* que os une. Ele demonstra que a história é um "artefato verbal", um sistema de signos que produz um efeito de verdade através de protocolos literários.

François Dosse, em seu segundo volume de *História do Estruturalismo: O Canto do Cisne* (DOSSE, 1994)<sup>76</sup>, situa Hayden White como um personagem central para entender o auge e a crise do movimento estruturalista. Para Dosse, White é aquele que leva as premissas de Saussure e Lévi-Strauss às suas últimas consequências dentro da historiografia anglo-saxã. Dosse observa que White realiza uma "poetização" da história, retirando-a do domínio das leis sociais para inseri-la no domínio das leis do discurso.

A análise de Dosse revela uma ambivalência no projeto de White. Por um lado, Dosse reconhece que White foi fundamental para "desmistificar" a pretensa objetividade científica da história, revelando as escolhas ideológicas e estéticas por trás de cada grande obra historiográfica. Por outro lado, Dosse aponta que essa radicalização estruturalista marca o início do declínio do movimento, o que ele chama de *canto do cisne*, na medida em que a história corre o risco de perder seu referente real, tornando-se indistinguível da ficção literária.

Na cartografia de Dosse, Hayden White representa o momento em que o estruturalismo se volta sobre si mesmo para questionar seus próprios fundamentos: ao provar que o saber histórico é estruturado como uma narrativa, White abre as portas para o pós-estruturalismo, onde a busca por uma "verdade estrutural" dá lugar à análise infinita das interpretações e dos jogos de linguagem.

O estruturalismo, na teoria da história, pode ser entendido como um grande deslocamento do sujeito para as estruturas: em vez de explicar o passado a partir de intenções individuais e acontecimentos isolados, busca-se compreender os sistemas de relações (econômicas, sociais, simbólicas e discursivas) que condicionam o que pode acontecer e ser pensado. A síntese de François Dosse é decisiva para mostrar que, mesmo após seu "declínio", o estruturalismo permaneceu como um marco de reorganização das ciências humanas e da historiografia.

Esse movimento se inicia com Saussure, ao definir a linguagem como sistema diferencial (*langue/parole*), e se expande com Lévi-Strauss, que identifica estruturas profundas no parentesco e nos mitos. Na historiografia, Braudel consolida a ideia de longa duração e de temporalidades estratificadas, tornando "estrutura" uma categoria central da explicação histórica. Já Althusser radicaliza a tese ao propor a história como processo sem sujeito, formulando conceitos como

---

<sup>76</sup> Para saber mais: DOSSE, François. *História do estruturalismo: o canto do cisne*, de 1967 a nossos dias. São Paulo: Ensaio, v. 2, p. 499, 1994.

sobredeterminação, estrutura em dominante e Aparelhos Ideológicos de Estado, mas abrindo espaço para críticas sobre o apagamento da agência.

As reações posteriores não eliminam o estruturalismo: elas o reequilibram. Thompson recoloca a experiência e o conflito no centro; Hobsbawm combina estrutura e contingência; Ginzburg e Levi, pela micro-história, mostram como a ação concreta tensiona e reinterpreta as estruturas. Em outro plano, Macherey pensa a estrutura como efeito de produção ideológica; Todorov oferece ferramentas para analisar as formas narrativas; Barthes revela o “efeito de real” do discurso histórico; Foucault substitui a estrutura fixa por condições históricas do saber (*episteme/arquivo*) e pela genealogia do poder-saber; e Hayden White evidencia que a explicação histórica depende de estruturas retóricas e narrativas.

Assim, o saldo do estruturalismo não é abolir sujeitos e eventos, mas impor à teoria da história um problema permanente: como articular estruturas e agência, longa duração e acontecimento, análise social e escrita narrativa, sem cair nem no determinismo nem no puro relativismo.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. Ler o Capital. Tradução de Gelson Lauermann e Inês Ana Jager. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. Ler O Capital. Tradução de Manuel Eduardo Cruz e Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1979-1980 2v.

ALTHUSSER, Louis. A favor de Marx. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

ANDERSON, Perry. A teoria na história: reflexões sobre o marxismo inglês. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental. Tradução de Maria Lúcia Montes. São Paulo: Boitempo, 2004

BARTHES, Roland. Elementos de semiologia. Tradução de Izidoro Blikstein. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2012a.

BARTHES, Roland. O discurso da história. In: BARTHES, Roland. O rumor da língua. Tradução de Mario Laranjeira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012b. p. 163-177

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. Tradução de Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado. Porto Alegre: L&PM, 2013

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995-1996. 3 v

BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995-1996. 3 v

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a História. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Jr. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II. São Paulo: Martins Fontes, 2016

BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II. São Paulo: Martins Fontes, 2016

CARDOSO, Ciro Flamarion. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à colônia. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

DILTHEY, Wilhelm. A construção do mundo histórico nas ciências humanas. Tradução de Marco Antônio Casanova. São Paulo: Editora UNESP, 2010

DOSSE, François. História do estruturalismo: v. 1: O campo do signo, 1945-1966. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

DOSSE, François. História do estruturalismo: v. 2: o canto do cisne, 1967 aos nossos dias. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves Silva. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GADAMER, Hans-Georg. O problema da consciência histórica. Tradução de Paulo César Duque-Estrada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HABERMAS, Jürgen. Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012

HOBSBAWM, Eric J. (Org.). História do marxismo: o marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979



HOBSBAWM, Eric J. A era das revoluções: 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. A era do capital: 1848-1875. Tradução de Luciano Martins Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. A era dos impérios: 1875-1914. Tradução de Sante Felice e Maria Tereza Teixeira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. Tradução de José Lino Grünnewald. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

LABROUSSE, Ernest. Conjuntura econômica, estruturas sociais. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural. Tradução de Chantal Medeiros. São Paulo: Cosac Naify, 2008

LÉVI-STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do parentesco. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982.

LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Tradução de Cynthia Agnoletti. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LUKÁCS, György. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003

MACHEREY, Pierre. Para uma teoria da produção literária. Tradução de Maria Vasconcelos. Lisboa: Estampa, 1971

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Boitempo, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMOS, Márcia Elisa Teté; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. MOBILE LEARNING: APRENDER SOBRE O PASSADO NA CONVERGÊNCIA ENTRE LITERACIA DIGITAL E LITERACIA HISTÓRICA. Territórios e Fronteiras, v. 15, n. 1, 2022.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Tradução de Cláudia Dornbusch. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 3 v

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo. A Didática Reonstrutivista da História: um marco na historiografia do Ensino de História. Clio: Revista de Pesquisa Histórica (01024736), v. 42, 2024.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martins; RAMOS, Márcia Elisa Teté. As contribuições da História Education para a pesquisa em ensino de História. ANDRADE, Juliana Alves; PEREIRA, Nilton Muleet. Ensino de história e suas práticas de pesquisa. São Leopoldo: OIKOS, p. 96-113, 2021.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. Ensino de História não é Educação, mas calma que eu explico!. Palavras ABEHrtas, 2021.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin; JUNIOR BONETE, Wilian. questão indígena presente nos Livros Didáticos de História: uma análise a partir das orientações do Guia Digital PNLD. Saeculum-Revista de História (0104-8929), v. 28, n. 48, 2023.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

THOMPSON, Edward Palmer. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TODOROV, Tzvetan. As categorias do relato literário. In: BARTHES, Roland et al. Análise estrutural do relato: ensaios de Roland Barthes, Claude Bremond, Umberto Eco, Jules Gritti, G. Genette, Tzvetan Todorov, Christian Metz. Tradução de Maria Zélia de Almeida Pinto. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011

TODOROV, Tzvetan. Gramática del Decamerón. Traducción de María Dolores de la Peña. Madrid: Taller de Ediciones, 1973

TODOROV, Tzvetan. Poética da prosa. Tradução de Gênese Andrade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VEYNE, Paul. Foucault: seu pensamento, sua pessoa. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.



WHITE, Hayden V. Meta-história: a imaginação histórica do século XIX. Edusp, 1995.